

Parlamentares reabrem debate

As reivindicações por uma representação política para o Distrito Federal recobram novo ânimo: hoje, o Comitê Pró - Representação realizará no Círculo Operário de Taguatinga, um debate sobre o tema, e terça - feira, na Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), o Senador Itamar Franco (MDB - MG) irá falar aos empresários sobre a Emenda Constitucional que está propondo para criação de uma Assembleia Legislativa na Capital da República.

Em Taguatinga, no encontro de hoje, às 20 horas, na Área Especial nº 5 - QNB 12, o Círculo Operário receberá as presenças dos Deputados Dado Coimbra (Arena - RJ) e Aldo Fagundes (MDB - RS), além de Maurício Aleixo, do Partido Democrático Republicano (PDR) em criação.

Na convocação para a reunião no Círculo Operário, a Comissão Pró - Representação Política para o Distrito Federal define que entende a representação como um desejo de toda a cidade. Por isso, o Comitê pretende mobilizar todos os segmentos da população brasiliense, esclarecendo que, nesse sentido, não se alinha a classes específicas ou posicionamento político - partidário.

A ASSEMBLÉIA

Quando da palestra

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

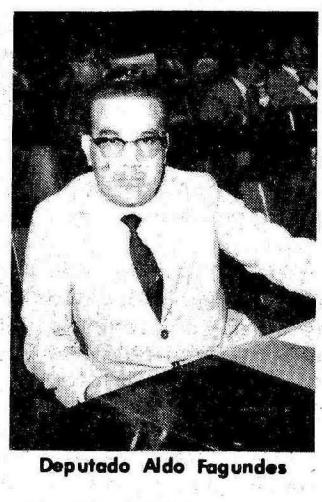
que proferirá na terça - feira na Associação Comercial - encontro a que comparecerá também, o ex - Senador Catetete Pinheiro - o Senador Itamar Franco deverá voltar a defender a instalação de uma Assembleia Legislativa no Distrito Federal, fortalecendo a proposta de Emenda à Constituição Federal, de sua autoria, alterando o parágrafo 1º do Art. 17, o item III do Art. 42 e suprimindo - se, inclusive, o item V, que assegura ao Senado Federal a responsabilidade de legislar para o Distrito Federal para exercer a fiscalização financeira e orçamentária, com o auxílio do Tribunal de Contas.

No entender de Itamar Franco, a autonomia dos municípios antecede, na história político - administrativa, do País, à das Províncias posteriormente transformadas em Estados. E os primeiros mandatários do povo, eleitos no Brasil, foram os vereadores. Seja na função normativa, ou como intendentes, no exercício executivo, ou na judicatura de primeira instância ou finalmente, como representantes do povo em certas deliberações do Reino.

Acrescenta, na sua justificativa, que por essa razão, no Império, a Capital do País, então no Rio de Janeiro, com o nome de Município Neutro, elegia seu Páço Municipal, além de



Senador Itamar Franco



Deputado Aldo Fagundes

Deputados provinciais. Também, com a Proclamação da República, transformado em Distrito Federal, passou a eleger seu próprio corpo político, representado na Câmara dos Deputados e no Senado.

Na ocasião da transferência da Capital da República para Brasília, acrescenta Itamar Franco, considerou - se necessário a neutralização do jogo político local, podendo o eleitorado brasiliense votar apenas para Presidente e Vice - Presidente da República. Vindo a Constituição de 1967 e, transformada indiretamente essa eleição, os brasilienses tiveram, praticamente, cassado o direito de sufrágio, situação impar em toda a Federação, pois, no mínimo, o mais atrasado município de um Território Federal escolhe, como nas capitais dos Estados, os seus vereadores.

Argumenta o Senador oposicionista que uma cidade com mais de um milhão de habitantes, meia dúzia de universidades, pujante vida intelectual, apresentando o seu setor terciário como um dos mais desenvolvidos do Brasil, se vê privada do mais elemental direito de cidadania, no regime democrático, que é o voto, base de toda legítima representatividade.

CENTRO CÍVICO

Para Itamar Franco, as justificativas apresentadas quando da interiorização da Capital, uma delas, para ele totalmente improcedente, era de que o centro cívico da Nação, como palco das mais importantes decisões político - administrativas, legislativas e judiciais deveria ficar isento das lutas eleitorais e imune às clientelas partidárias, para que aqui não se repetissem os episódios constrangedores verificados em situações análogas.

Argumenta o Senador oposicionista que uma cidade com mais de um milhão de habitantes, meia dúzia de universidades, pujante vida intelectual, apresentando o seu setor terciário como um dos mais desenvolvidos do Brasil, se vê privada do mais elemental direito de cidadania, no regime democrático, que é o voto, base de toda legítima representatividade.

Fagundes luta

por emenda

Argumentando que as eleições de Brasília são as mais concorridas do País para a Associação Comercial, para o late Clube e outras entidades culturais e recreativas, com cartazes nas ruas e propaganda pelo rádio e TV, num exemplo de verdadeira campanha eleitoral, apenas sem os impedimentos da "Lei Falcão", o Deputado Aldo Fagundes, informou, ontem, que já desistiu da

ideia da criação do Conselho Comunitário do DF, para lutar decisivamente por uma emenda constitucional, para que o eleitorado da Capital tenha representação política a nível de Assembleia Legislativa, votando em futuro próximo para Governador e com direito a ter representantes seus no Congresso Nacional.

Aldo Fagundes, do MDB do Rio Grande do Sul, pela sua recente reeleição já se considera um cidadão naturalizado e comprometido com os destinos políticos de Brasília que está atingindo sua maioridade com um eleitorado casado, mas vivamente interessado em participar da vida política da sua Capital, onde o Executivo, pela inoperância da Comissão do DF, no Senado, torna - se o "mais solto do Mundo".

Brasília é uma cidade adulta já tem seus costumes e vai firmando a sua tradição. Em breve o DF abrigará dois milhões de brasileiros e não é mais possível deixar essa gente - a extraordinária gente brasiliense que fez de Brasília o orgulho dos brasileiros e o deslumbramento do mundo - sem qualquer representação política. Não é mais possível deixar essa gente sem voz e sem vez, afirma Aldo Fagundes, garantindo em estudos que realiza que "o povo brasileiro, e muito particularmente o de Brasília, gosta de votar, confia no voto e sabe da legitimidade que só o voto confere à investidura".

Reclama o representante gaúcho, disposto a lutar de corpo e alma pela representação política do DF, que desistiu do seu projeto original da criação de um Conselho integrado por Presidentes das entidades locais, porque ele "morreu nas Comissões da Câmara". Isso lhe dá agora novas forças para lutar pela representação política mais ampla "nestes tempos de abertura".

DISCURSO

Da tribuna da Câmara,

assim se manifestou Fagundes em favor do direito de votar do brasiliense:

"O brasiliense não vota. O brasiliense tem diminuída a sua cidadania, ainda que Brasília seja a Capital da União e o "centro das grandes decisões nacionais", segundo o Fundador Juscelino Kubitschek."

Aqui o debate político é permanente, seja pela tribuna do Congresso Nacional, seja por declarações e entrevistas que os jornais, a televisão e o rádio divulgam.

Mas o brasiliense não pode votar. Não vota para uma representação local, como Câmara de Vereadores. Não vota para uma representação política a nível de Assembleia Legislativa ou bancadas no Congresso. Não vota para Governador. Não vota para nada.

Não era para ser assim, quando da origem da Cidade, mas aos poucos essa jurisprudência antidemocrática se foi afirmado entre nós.

Em razão disso, há uma singularidade de Brasília quanto às eleições para os órgãos de classe ou entidades culturais e recreativas. Estas eleições, em Brasília, são as mais concorridas do País. Para a diretoria da Associação Comercial, por exemplo, é feita uma verdadeira campanha eleitoral, com cartazes nas ruas e propaganda pelo rádio e TV, pois nesse tipo de escolha não valem os impedimentos da "Lei Falcão".

Nesta nova legislatura Sr. Presidente, não vou mais insistir na criação do Conselho Comunitário de Brasília. Nestes tempos de abertura, acho que o alvo da atuação no Congresso Nacional, nessa matéria, deve ser a aprovação de uma emenda constitucional que defina de vez a representação política para a nossa Capital.

E assim que me situo. Sei que o eminente Senador Itamar Franco já elaborou um texto de emenda constitucional sobre a matéria. Dou o meu apoio e o meu voto favorável.

Democracia sem participação do povo não existe. Democracia sem voto é impossível. Deixem o brasiliense falar através de seus legítimos representantes. Deixem - no dar a sua opinião sobre as prioridades do Governo. Deixem que se manifeste sobre a aplicação dos milhões e milhões do Orçamento, que ninguém discute. Deixem - no dizer se está na hora de demolir uma fonte luminosa. Deixem que fale sobre a construção de múltiplos estádios de futebol, se são necessários ou é má aplicação dos dinheiros públicos. Deixem - no saber o preço de obras faranhas e não urgentes, enquanto a zona residencial do lago sul não tem esgoto e as cidades satélites carecem de urbanização.

Enfim, Sr. Presidente, são muitas as razões que clamam pelo voto para o brasiliense. Espero que o Congresso Nacional dê a Brasília a oportunidade de participação política que o seu povo deseja. Será um ato de respeito aos eleitores que aqui vivem. Será um serviço prestado à causa da Democracia e da Liberdade.